

PODER FEMININO E PODER MATERNO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA E DA MATERNIDADE

¹ Thassia Souza Emidio, ² Francisco Hashimoto

¹ Doutoranda em Psicologia, pela UNESP - Assis; ² Livre-Docente, professor do Dpto. de Psicologia Experimental e do Trabalho e orientador do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Unesp - Assis.

RESUMO

A maternidade é objeto de vários estudos, o que revela sua importância na atualidade. O posicionamento das mulheres frente ao mundo, a construção de sua identidade e o valor dado à maternidade fazem parte destas reflexões. O presente trabalho tem por finalidade compreender a questão do poder materno, de maneira que possamos demonstrar o poder conquistado pelas mulheres e pelas mães na construção de sua identidade no grupo familiar, bem como na sociedade. Busca-se refletir sobre os fatores que estruturam a relação da mulher com a maternidade e posteriormente com seu filho, além de compreender as formas de poder estabelecidas nestas relações. Partiu-se assim da Psicanálise enquanto fonte teórica para o embasamento de nossas reflexões e para a construção do conhecimento. Espera-se que as reflexões sobre esta temática possam contribuir para o olhar para o feminino e a maternidade, como também para a escuta clínica e o desenvolvimento do estudo da psicanálise.

Palavras chave: maternidade, feminino, poder.

FEMININE AND MATERNAL POWER: REFLECTIONS ABOUT THE CONSTRUCTION OF FEMALE IDENTITY AND MOTHERHOOD.

ABSTRACT

The feminine and the maternity are themes quite contemplated at the present time. The positioning of the women front to the world, the construction of her identity and the value given to the maternity do part of the reflections and discussions of the modernity. The present article has for purpose to work, through the reflection, the subject of the feminine power and of the maternal power, so that we can demonstrate the power conquered by the women and for the mothers in the construction of her identity in the society. Try to reflect on the factors that structure the relationship of women with motherhood and later with his son, and understand the ways of power established in these relationships. The starting point was thus Psychoanalysis as a source for the theoretical foundation of our thinking and the construction of knowledge. It is hoped that the discussions on this topic may help to look at the feminine and motherhood, to listen and clinical development of the psychoanalysis.

Key words: feminine, maternity, power.

As discussões e reflexões sobre as relações do feminino e da maternidade no mundo contemporâneo fazem parte da nossa preocupação como pesquisadores. Qual o papel da mulher e da mãe na sociedade atual? São as mulheres as eternas mães-coitadas que obedeceram a vida toda ao desejo alheio? Primeiro o do pai, que desejava para ela um bom casamento, muitos filhos e uma vida de dedicação ao outro. Depois o marido e todas as obrigações femininas no contexto do casamento para depois obedecer aos desejos dos filhos e ao cuidado maternal eterno e imprescindível. São estes mesmos os caminhos vivenciados pelas mulheres na construção de sua identidade? Será mesmo o desejo do outro que a mulher vive? Há perspectivas de outros olhares para a construção da identidade feminina e da maternidade? São essas as questões que nos propomos a refletir neste trabalho, na tentativa de expandir os olhares para o feminino e para a maternidade.

O papel da mulher e da mãe, por muito tempo em nossa sociedade, esteve ligado a categorias secundárias de pertencimentos e lugares. Esta posição pode ser percebida por meio dos discursos políticos e/ou religiosos que a colocavam em um lugar de submissão em que sempre devia obediência ao marido e tinha um lugar subalterno no quadro familiar. Este lugar de submissão ocupado pelas mulheres nos falava de impotência e insignificância.

Em uma sociedade em que os casamentos eram permeados por acordos e interesses financeiros, o amor entre o homem e a mulher era algo desconsiderado e desnecessário e não estava presente nos valores da família, não tendo este sentimento a posição de importância suprema que hoje lhe é conferida.

Nas antigas estruturas familiares, os homens é que dirigiam a família, tendo sua mulher a função de lhe dar filhos e ter os cuidados com a casa e com o seu bem estar. A

esposa tinha o papel de servir seu marido, ocupava lugar subalterno, como todas as outras mulheres da sociedade daquela época, uma vez que sentimentos de amor pelo cônjuge e pelos filhos não eram necessários para a manutenção desses casamentos, à mulher cabia servir.

Nessa época, o papel de mãe atribuído à mulher não tinha sua construção atrelada a valores positivos e a sentimentos como o amor e o afeto; a maternidade era algo inerente a qualquer mulher e fazia parte de sua natureza. A mulher deveria dar filhos ao seu marido, essa era a única regra que envolvia a maternidade na época.

A percepção de que o valor dado à maternidade passou por uma construção e evolução histórica nos leva a refletir sobre a importância do papel social da mãe e de como se deu essa transformação atrelada à construção social da identidade feminina. A partir disso, nos propomos primeiramente refletir sobre essa construção podendo chegar assim ao objetivo de estudo neste artigo, ou seja, refletir sobre o poder materno e sobre suas configurações para essas mulheres, para essas mães. Para isso, precisamos então percorrer o longo processo em que se deu toda esta construção.

O surgimento do sentimento de infância passou por um longo processo até se fixar na mentalidade da sociedade. Ariès (1978) coloca que é a partir do século XVII que se inicia o processo de mudança de concepção sobre a infância e se inicia a concessão à criança de uma nova atenção, diferente ainda da que é dada às crianças hoje, no que o autor chama de família moderna e que é caracterizada pela ternura e intimidade entre pais e filhos.

O impulso inicial à fundação da família moderna, ou seja, a família fundada no amor materno e na igualdade dos papéis conjugais, se deu por meio das mudanças na concepção de infância, de maternidade e de vínculos que se

instalaram e que levaram aos pais novos sentimentos em relação à conjugalidade, à mãe e ao amor materno.

A partir dessas mudanças de paradigma e de poder real, podemos pensar então que a maternidade, ou a idéia sobre esta como um sentimento positivo das mães, de amor e carinho por seus filhos, não fazem parte da sociedade desde o início da civilização, uma vez que tais sentimentos são características da família moderna.

Torna-se interessante entender a construção social da maternidade e como se constituiu esse ideal de amor materno e da associação de toda mulher a uma doce mãe, o que passaremos a fazer.

Em épocas anteriores, as crianças nasciam e não permaneciam junto de suas mães e os cuidados físicos, os carinhos, os apegos, não eram vivenciados pelas mães. Estas eram enviadas às amas para que fossem cuidadas e educadas. Badinter (1985) coloca que a entrega das crianças aos cuidados das amas deve-se a uma questão social que se liga à maternidade. Nesta época, não havia uma valorização nem da figura da mãe, nem das crianças e a maternidade era sempre relacionada a algo natural e inerente à figura da mulher. As mães viam seus filhos muito pouco e a afeto e o contato amoroso era algo inexistente naquela época. Tinham-se filhos simplesmente pela procriação e para deixar 'herdeiros'.

No fim do século XVIII, surge um novo conceito de amor materno. Sem ignorar a existência desse sentimento em todos os tempos, há nessa época uma maior exaltação do amor materno como valor natural e social. A união destas duas palavras "amor" e "materno" não faz apenas a promoção e exaltação desse sentimento, mas também da mulher no seu papel de mãe. Mudanças de paradigmas sempre

acompanham mudanças nas estruturas sociais, econômicas, filosóficas e nos valores familiares.

Assim, naquele momento histórico, a preocupação primordial era com a sobrevivência das crianças, fator que interessava ao Estado, pela necessidade de mão de obra para as recém criadas fábricas. Desta forma, surgiu o discurso que se fundava na felicidade e igualdade e as promessas de obtenção de cidadania para as mães que assumissem seu papel.

Algumas mulheres perceberam que desta maneira adquiriam uma importância e poderes que jamais tiveram na sociedade, em uma "atividade" que os homens jamais poderiam exercer; e então passaram a assumir esse papel, construindo o papel da mãe dentro da sociedade e dando a este sentimento de 'amor materno' o sentido esperado pelo Estado, isso proporcionou a queda da mortalidade e o aumento da natalidade e também o sentido esperado por elas que passaram a dedicar a seus filhos um amor que se tornou inquestionável e deu à palavra mãe um sentido amplo e sempre associado a sentimentos positivos. Badinter (1985, p. 222) coloca:

Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo(poder sobre os bens materiais da família), acrescentava-se o poder sobre os seres humanos eu são os filhos. Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é a sagrada a rainha do lar.

A referida autora avalia que é a partir do século XVIII que passamos a ver uma nova imagem de mãe sendo traçada e começa a chamada 'época das provas de amor', em que a criança se torna objeto de atenção materna e a

mãe passa a sacrificar-se para ter o filho vivo e junto dela.

A idéia de amor implantada na sociedade da época, a de que os cuidados e o carinho da mãe eram insubstituíveis para a sobrevivência e conforto do bebê, fez com que esta mãe passasse a aceitar, cada vez mais, a restrição de sua própria liberdade em favor da vida e saúde do filho; de se relacionar com os sentimentos de pertencimento que apareciam nas relações de mãe e filho e que, muitas vezes, fazem permear conflitos na separação de espaço e do que é do filho e o que é da mãe, mostrando-lhe que, apesar dos sacrifícios, este precisa crescer e se emancipar.

O papel da mãe foi então sendo traçado e proclamado nas suas funções de amamentação, de cuidado e carinho para com seus filhos e assim a maternidade foi se constituindo e ocupando o espaço de algo agradável e desejável para qualquer mulher.

Kehl (1998, p. 58) coloca então sobre a mulher e a maternidade:

[...] a feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico – a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade.

Desta forma, podemos perceber a abertura de um espaço para as discussões sobre a maternidade na sociedade, e que a construção deste conceito foi atrelada como algo positivo na sociedade, passando a dar a ela um lugar primordial na constituição da identidade da mulher e considerando-a como um atributo natural e inerente a qualquer mulher.

O novo perfil de mãe criado envolve todo um aspecto místico a ela associado, criando o hábito de pensar que toda boa mãe é uma santa mulher. Afirma, para esta mulher, a posição de *status* na sociedade e no núcleo familiar; dando-lhe o poder, que este *status* lhe confere, sobre a vida dos filhos e sobre o crescimento e desenvolvimento destes. Nader (1997), pontua então que pode assim ser criado o mito da feminilidade, considerado sinônimo da feminilidade e que colocava a maternidade como característica essencial da mulher.

A sexualidade feminina, então configurada na imagem “mulher-mãe” passou a se definir e fixar na reprodução. Como Birman (1999) afirma, além do aspecto mítico associado a toda mãe, que ligava a imagem de toda mãe a de uma mulher boa, delicada e zelosa, santa, passou-se a ligar a sexualidade feminina à procriação levando a pensar que o prazer e gozo femininos só eram atingidos e permitidos através da maternidade. A mulher só era vista como mulher em seu sentido completo quando tinha filhos. Desta forma, a maioria das mulheres tinha, em seus planos e ideais o casamento e os filhos como prioridade, para que um dia pudessem se sentir mulheres, no sentido do ideal social construído para elas. Sobre o feminino e a maternidade Ocariz (2002) coloca que o casamento e a maternidade eram idealizados pelas mulheres no começo do século e que no plano erótico a feminilidade era considerada como se tivesse um único objetivo: a conquista de um homem que possibilitasse à mulher que tivesse filhos.

Del Priore (1993, p. 45) em seu trabalho sobre a posição feminina e sobre a maternidade no Brasil Colônia, considera que a maternidade estava ligada a um projeto de Estado moderno e também da Igreja para disciplinar as mulheres da colônia e as fazer participar da cristianização das Índias. O autor aponta:

Ser mãe será gradualmente uma meta de contornos muito bem definidos. A família, ancilar unidade de produção e reprodução, deveria entretecer-se em torno da mãe supostamente exemplar, e esta, ao instruir e educar os filhos cristãmente e cuidar com diligência das coisas da casa, como recomendava um pregador setecentista, integrava a si mesma e os seus ao processo de formação do capitalismo na Idade Moderna. Sob as luzes do Antigo Sistema Colonial, a vida feminina, recatada e voltada para o fogo doméstico e os filhos, fazia da santa-mãe um chamariz para que se canalizasse na esfera do lar e energia que fora dela pudesse confundir-se com desordem e contravenção, baralhando os pressupostos de ordem e trabalho implícitos no sistema.

Com as mudanças do papel social da mulher e com sua evolução na sociedade, o papel da santa-mãezinha também sofreu algumas transformações e a sexualidade feminina passou a sair dessa relação direta com a procriação. Passa a ser importante pensar na mulher como um sujeito desejante e que possui desejos e necessidades diferentes das relativas ao seu papel de esposa e mãe.

A nova forma, até então completamente desconhecida de olhar a sexualidade feminina, também foi reforçada com a pílula anticoncepcional que possibilitou que as mulheres se prevenissem de gravidezes indesejadas e que pudessem planejar os filhos. Assim, vemos que a reprodução já não é mais o principal objeto da experiência sexual e podemos partir para um novo olhar para a figura da mulher.

A partir deste novo olhar, a valorização da maternidade contínua a existir e abre-se enormemente o campo de possibilidades para a

vida e atuação da mulher na sociedade. O sentir-se mulher já não é primordialmente ligado ao sentir-se mãe, ao vivenciar a situação da maternidade e assim Birman (1999, p. 93,94) coloca:

Isso não quer dizer, contudo, que o desejo da mulher assim esboçado repudie a maternidade e a transforme num objeto de horror. Não se trata disso seguramente. Não é isso que podemos perceber no campo social da atualidade. O que está em pauta é a positividade do puro desejo da mulher, que pode se desdobrar ou não no ser da maternidade. Com isso, ser mãe não é condição *sine qua non* para ser uma verdadeira mulher, o traço definidor de sua identidade sublime. Isso é indecível, pois depende do desejo das diferentes singularidades femininas arroladas. Dessa maneira, o ser femininamente mulher não passa mais agora pelo ranço obscuro da obrigatoriedade e da impossibilidade de ser mulher, sem que esta sofra as penas, dores e delícias da maternidade.

Podemos perceber o papel evolutivo do ser-mãe, ser-mulher na sociedade e constatar que as funções e valorizações dadas às atividades das mulheres em determinado período são produtos de um tempo e de uma localização histórica.

Ao pensarmos em todo o caminho evolutivo da maternidade e da construção do amor materno na sociedade, algumas questões relativas a esse sentimento materno e a essa posição ocupada por mulheres são levantadas e duas das quais julgamos importante destacar são o poder feminino e o poder materno.

As mulheres - mães vivem relações de poder desde o início da relação: primeiro com o companheiro no que condiz a decisão de ter ou

não filhos, a gravidez que as leva às sensações de possuir e ser responsável pelo desenvolvimento de uma vida dentro delas, e o bebê que quando pequeno e depois no decorrer de seu crescimento e desenvolvimento é tido como uma responsabilidade dela e um ser dependente desta para que possa viver.

O poder feminino e o poder materno fazem parte também de uma conquista social das mulheres em seu caminho percorrido historicamente. A constituição social do papel da mãe como anteriormente relatado, a revolução do papel da mulher na sociedade, a revolução sexual e todas as conquistas femininas contribuíram para a atribuição de certo poder a essas mulheres.

A partir do momento em que as mulheres puderam ter acesso à pílula anticoncepcional, elas puderam ter o domínio de seus corpos, de sua fecundidade e, também, de sua liberdade sexual, o que lhes dava o poder de decisão de ter ou não filhos, de poder planejar a gravidez e de separar assim, sua sexualidade do intuito da procriação. Badinter (1986, p. 199) coloca que:

Os resultados dessa evolução são consideráveis, e hoje, ainda incalculáveis. Quando as mulheres adquiriram o direito de não mais serem mães contra a vontade, rejubilaram-se com essa nova liberdade, tendo o sentimento de que era uma aquisição pessoal e íntima. Ninguém se dava conta de que a contracepção, reforçada pelo direito de abortar, podia perturbar radicalmente a relação dos sexos e mesmo o conjunto da sociedade. Desligando a mulher da obrigação de gerar, explodiu pelos ares a equação milenar “mulher-mãe”, que era considerada como eterna, porque firmada no mais profundo da natureza biológica. O que aparecia como um direito exclusivamente feminino e uma etapa decisiva para a

igualdade dos sexos foi, na realidade, o início de uma nova era que ultrapassa, de longe, o único fato feminino

Podemos perceber, assim, que o poder dado às mulheres pela possibilidade de controlar a sua fecundidade tirou dos homens o controle sobre a sexualidade feminina e sobre o casamento. Os homens que controlavam suas mulheres pelo medo de serem traídos, agora tinham no amor e no respeito os únicos obstáculos à infidelidade.

A contracepção feminina deu um golpe na família patriarcal e deu à mulher o poder na relação familiar; é ela agora quem decide o caminho da família, os filhos que deseja ter e o momento para fazê-lo. A maternidade deixa de ser sagrada e obrigatória e o papel da mulher é então o de um indivíduo como os outros.

Os homens que dominavam a fecundidade e a maternidade antigamente, hoje dependem das mulheres, pois são elas que decidem sobre sua paternidade. O poder patriarcal antes visto como universal e eterno perde suas forças e uma outra relação de poder se estabelece, a da mulher como detentora do poder familiar.

O poder masculino como provedor do lar, conectado com a segurança econômica por ele possibilitado, também sofreu transformações. A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e a expansão do espaço social permitiram alcançar maior e até então desconhecido poder econômico. Nader (1997) afirma que muitas mulheres, têm hoje recursos que tem um papel de grande importância na vida econômica familiar e que o trabalho fora do lar foi considerado o sinal concreto da emancipação feminina.

Antes, as mulheres “agüentavam” tudo para manterem seus maridos juntos delas, para assegurarem assim a vida econômica da família.

Hoje, os problemas conjugais passaram a ter outra dimensão nesse contexto, uma vez que a relação de poder homem-mulher, no aspecto financeiro passa a ter uma posição de igualdade. Homens e mulheres podem prover, juntos ou separados, os seus lares e o dinheiro não é mais o fator que os mantém ligados.

Assim, a conquista da independência profissional e econômica permite às mulheres o poder econômico o que lhes garante muitas outras formas de poder. No contexto familiar, as mulheres antigamente obedientes ao marido, que se dedicavam servilmente às tarefas com os filhos e com a casa, hoje podem decidir se têm ou não filhos, são responsáveis por sua sexualidade, podem trabalhar e estabelecer relações sociais de igualdade com o homem. Porém, a maternidade, nesse processo, continua sendo a marca irredutível da especificidade feminina e, assim, podemos pensar em como se constitui o poder materno dentro destas relações mãe-filho.

Falar sobre o poder materno é retomar toda a posição da mulher frente à questão da maternidade; as mulheres que passaram pela construção do amor materno, pela revolução sexual e pela conquista da decisão de ter ou não filhos, já têm aí estabelecida sua primeira forma de poder materno. O poder se estabelece na relação do querer, na decisão de ter ou não filhos, no desejo materno. Badinter (1986, p. 259) coloca que: “as mulheres podem encontrar seu equilíbrio em outro lugar que não a maternidade, fora da procriação” O poder de decisão dado à mulher, de ter ou não filhos, desvincula a feminilidade da maternidade, ou seja, podendo tornar-se mulher sem ser mãe.

Uma outra forma em que o poder materno se estabelece é na relação mãe-bebê durante a gestação, Winnicott (1987) considera que a vida de uma mulher pode caminhar em múltiplos sentidos quando concebe um filho. Até este momento, pode ter sido uma pessoa de amplos

interesses, quem sabe dedicada aos negócios ou à política, ou uma mulher ligada às diversões. O fato da “existência” desse filho pode, em um primeiro momento, gerar certo terror, uma vez que esse elo significa uma grande interferência em sua vida. Um bebê significa uma série de novidades e dificuldades e a direção de seus interesses se modifica. Assim, lenta e gradualmente, essa mãe leva-se a crer que o centro do mundo está dentro do seu corpo e desta forma que detém o poder e o controle sobre o mundo e sobre o bebê que se encontra em seu ventre.

Sugiro como vocês sabem, e suponho que todos concordem, que comumente a mãe entra numa fase, uma fase da qual ela comumente se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê, e na qual, em grande parte, ela é o bebê e o bebê é ela. E não há nada de místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe. (WINNICOTT, 1987, p. 4)

Vemos então, que durante a gravidez, o bebê e sua mãe se misturam, a mãe revive todas as recordações de quando era um bebê e passa para o filho essas experiências, assim ela é detentora do desenvolvimento biológico e emocional dessa criança e além da responsabilidade que recai sobre ela, ela pode vivenciar o poder de possuir alguém em sua dependência.

Para Freud, 1923 (1996) a maternidade representa uma experiência profundamente contraditória em que se alternavam sentimentos de poder e impotência, plenitude e vazio. Para o referido autor, as mulheres experimentavam

durante a gestação os mais diversos sentimentos e são essas contradições como as flutuações entre identificações com a mãe e com o receptor de cuidados maternos, entre ser criativa e ser colonizada, entre outros sentimentos que contribuem para sua capacidade para ser mãe.

Parker (1997, p. 256) coloca:

A curiosa dialética do poder e a impotência determinam a maternidade antes mesmo do momento da concepção. Uma mulher pode ter fantasias de que um filho irá dotá-la de uma espécie de imortalidade. No entanto, o fato de que a criança sobreviverá à mãe igualmente demonstra-lhe a mortalidade. Uma mulher pode ter a esperança de que concebendo um filho, conferirá a si mesma o estatuto de adulta, determinando o fim de sua identidade como filha; no entanto, ela pode da mesma forma que a gravidez e a maternidade fomentam uma intensa dependência de terceiros, aparentemente fechando-a para sempre num mundo filial

Desta forma, podemos perceber que a mulher experimenta uma relação ambígua com seu próprio poder, para algumas mulheres a possibilidade de atender às exigências da pessoa amada, no caso o bebê, dá uma sensação de poder, já para outras, tal fato significa um obstáculo, um impedimento em suas ações, em seu potencial.

Winnicott (1975) fala também da função materna e dos cuidados primários que atendem as necessidades das crianças. A mãe dá significado às necessidades da criança e ela se adapta a essas necessidades por sua capacidade de se identificar com ele, e é através dessas identificações que ela pode apresentar objetos a seu filho. Gradualmente ela se desadapta e luta

para sair do total confinamento e da preocupação total com o bebê e com as necessidades dele.

O ego materno facilita a integração do ego do bebê e é com o tempo que o bebê vai tornando-se capaz de afirmar sua individualidade e experimentar um sentimento de identidade pessoal; a base de tudo isso está nos primórdios do relacionamento mãe – bebê e no poder e influência exercidos por essa mãe sobre seu filho. Sobre a relação mãe-bebê, Bowlby (1988, p. 58) aponta:

Quando bebês, e mesmo nos primeiros anos de vida, não somos capazes de agir desta maneira refletida com vistas a obter o que desejamos ou reconhecer os desejos das outras pessoas. Neste período, é a mãe que vai agir pela criança, em ambas as situações. É ela que determina onde seu filho deve ficar, quando ele deve comer, dormir e tomar banho, e que cuida dele de todas as formas; é ainda ela que permite que seu filho faça algumas coisas e lhe proíbe outras. Ela é, na verdade, sua personalidade e sua consciência. Gradualmente, ele vai aprendendo a fazer tudo isto, e à medida que isto acontece, a mãe habilidosa vai lhe passando os papéis. Trata-se de um processo lento, sutil e contínuo, que tem início quando o bebê começa a andar e a se alimentar sozinho e só se completa quando atinge a maturidade.

Podemos perceber que é a partir das primeiras relações vividas pelo bebê, ou seja, desta relação mãe e filho, que se constroem a base e os modelos para as relações que serão estabelecidas com os objetos externos, durante toda a vida, na sociedade e no núcleo familiar (com pais, irmãos, avós, etc.) e também na sua futura escolha do parceiro para relações afetivo-sexuais. A relação com a mãe durante a gestação

e nos primeiros meses de vida influencia o decorrer da vida do filho, a constituição de sua subjetividade, sua atuação no mundo e na sociedade.

Portanto, podemos considerar que a relação mãe-filho, a construção desse amor genuíno entre eles, são fatores que dependem da mãe e escapam ao determinismo natural. Badinter (1985, p. 367) coloca: “o amor materno não é inerente às mulheres. É adicional.”

A construção da maternidade valorizada pela sociedade permitiu uma evolução do papel social da mulher e deu a elas, além de uma posição de status na sociedade (que elas não possuíam na época), um grande poder. Ser mãe, além de todos os fatores anteriormente descritos permeia fatores de relações de poder e de uma influência em toda a vida do filho e do grupo familiar.

Em sua constituição como um indivíduo, que cresce, se emancipa, se torna um adulto, o filho carrega, por toda a vida, a vivência da relação com a mãe: as angústias e felicidades vividas por ela na gestação, a posição ocupada frente à questão do ‘ser mãe’, os carinhos e os cuidados, a falta deles, os planos e ideais para o rebento e todos os diversos fatores que constituem para essa mulher a maternidade e assim a relação mãe e filho.

Podemos pensar então, que o poder materno se encontra constituído em uma relação intersubjetiva, em uma relação de dupla afetação, mãe e filho se afetam e se influenciam na constituição de sua subjetividade e de sua posição como sujeito na sociedade.

Como coloca Freud 1940 (1996, p. 202) a maternidade é então considerada: “estabelecida inalteravelmente para toda a vida como o primeiro e mais forte objeto amoroso e como protótipo de todas as relações amorosas posteriores.” o primeiro e mais importante vínculo da vida de um indivíduo, confirmando assim o status e a

condição de poder conferidos a uma mulher na situação materna.

Desta forma, podemos concluir, a partir de nossas reflexões psicanalíticas sobre o poder das mulheres e das mães, que estas antes subjugadas na sociedade, possuem hoje um papel social que lhes dá poder. Um poder que permite a reafirmação de sua cidadania e de seu papel social como também no grupo familiar. O poder feminino emancipa a mulher e faz dela cidadã, possibilita a abertura de novos espaços na sociedade e na luta de sua afirmação social enquanto que o poder materno dá continuidade à importância social da maternidade e reafirma o papel da mulher tanto no núcleo familiar quanto na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BANDITER, E. **Um Amor Conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDITER, E. **Um é o outro**. Relação entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOWLBY, J. **Cuidado Materno e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BOWLBY, J. **Cartografias do Feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: Escuta, 1993.
- FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. A mulher Freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

NADER, M. B. **Mulher**: Do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

OCARIZ, M. C. Feminilidade e função materna. In: GURFINKEL, A. C.; ALONSO, S. L. **Figuras Clínicas no mal estar contemporâneo**. São Paulo: Escuta, 2002.

PARKER, R. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.